



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9505

Presidente da Mesa Diretora: Cláudio Ribeiro Prates

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Maria das Graças Gonçalves Dias

Data: 10/10/2017

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 87/2017. Concede o título declaratório de Utilidade Pública Municipal à “Associação de Moradores Rurais de Andrequicé”. (Referente à Lei nº 5.011, de 01/11/2017).

Controle Interno – Caixa: 25.13

Posição: 10

Número de folhas: 05

Especie: P. L
Categoria: Utilidade Pública.
Cx: 25.13
Ordem: 10
nº folhas: 19

Nº 59/2017



24.10.2017

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 87/2017

AUTOR:

Ver. Maria das Graças Gonçalves Dias

Lei nº 5011 de 01/11/2017

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a
Associação de Moradores Rurais de Andrequicé.

MOVIMENTO

Entrada em 10/10/2017

- 1 - Comissão de Legislação e Justiça.
- 2 -
- 3 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - EM 24-10-2017
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 - Conf. 16/10/2017



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI NÚMERO 87 DE 2017


Concede Título Declaratório de Utilidade Pública

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES RURAIS DE ANDREQUICÉ**, inscrita no CNPJ 02.968.862/0001-38, com sede na Comunidade Rural de Andrequice no Município de Montes Claros/MG.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 04 de Outubro de 2017.


Vereadora Maria das Graças Gonçalves Dias
(Graça da Casa do Motor)

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 10 DE OUTUBRO DE 2017

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 28 DE OUTUBRO DE 2017

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 087/2017 QUE “Concede Título Declaratório de utilidade Pública Municipal a Associação de Moradores Rurais de Andrequicé”, de Autoria da Vereadora Maria das Graças Gonçalves Dias.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 16 de outubro de 2017.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 87/2017

AUTOR: Ver. Maria das Graças Gonçalves Dias

MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação de Moradores Rurais de Andrequicé."

I - RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 10/10/2017 com entrada na Sala das Comissões no dia 16/10/2017.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação de Moradores Rurais de Andrequicé.

De acordo com estatuto a referida entidade tem por finalidade zelar pelo combate à fome, à miséria e a pobreza, zelar pela reabilitação de pessoas com deficiência na comunidade, divulgar e promover a prática de cultura e esporte, dentre outras.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais, vez que atende os requisitos legais previstos em lei.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2017

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva

Vice-Presidente : Ver. Martins Lima Filho

Relator: Ver. Wilton Afonso Dias Soares: